



Promotoria de Justiça de São Benedito

Número MP: 09.2020.00002246-8

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0003/2020/PmJSBN**

O **Ministério Público do Estado do Ceará**, por meio da(o) Promotor(a) de Justiça infra-assinado, titular da Promotoria de Justiça de São Benedito, com fundamento nos arts. 129 da Constituição Federal, 129 e 130, II da Constituição Estadual, nos arts. 10, inciso V e ss. da Lei Federal nº 8.625/93, art. 75, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público) e no artigo 28 da Resolução nº 036/2016-OECPJ.

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, bem como, em 11.3.2020, classificou a situação mundial como pandemia, prevendo as seguintes medidas de saúde pública para diminuição da transmissão de doenças infecciosas sem vacina ou tratamento farmacológico específico e enfatizando a sua adoção em relação à COVID-19<sup>1</sup>: *proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento* – as quais pressupõem a realização de despesas de vária monta e diversas naturezas, tanto para sua implementação e fiscalização, como para a

---

<sup>1</sup> <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/critical-preparedness-readiness-and-response-actions-for-covid-19>

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

tomada de outras medidas destinadas a fornecer insumos vitais à população em isolamento;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que o Decreto Federal nº 7.257/2010, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), assim conceituou: “I - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais; II - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido; III - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido; (...) VI - ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; (...) IX - ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

*capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional”;*

**CONSIDERANDO** que o Decreto Federal nº 7.257/2010, que regulamenta a Lei nº 12.340/2012 (Transferências da União para prevenção e recuperação de desastres), estabelece os seguintes conceitos pertinentes:

*“II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais; III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido; IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido; (...) VI - ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; (...) IX - ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades*

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

*locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional”;*

**CONSIDERANDO** a promulgação da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de /2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do referido vírus e considerando a doutrina as epidemias espécies do gênero desastres;

**CONSIDERANDO** a edição pelo Ministério da Saúde da Portaria nº 188/2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e da Portaria nº 356/2020, a qual dispõe sobre a regulamentação e operacionalização da Lei 13.979/2020 – sendo ainda caracterizável a ESPIN como sendo “evento que representa risco para a saúde pública nacional e ocorrerá nas situações epidemiológicas (surtos ou epidemias), de desastres e de desassistência à população, que extrapolem a capacidade de resposta da direção estadual do SUS ou que, especificamente nas situações epidemiológicas, apresentem risco de disseminação nacional, sejam produzidos por agentes infecciosos inesperados, representem a reintrodução de doença erradicada ou apresentem gravidade elevada”, nos termos do Decreto Federal nº 7.616/2011;

**CONSIDERANDO** que a disseminação rápida do Novo Coronavírus (COVID-19) em escala global e mais recentemente no Brasil e no Estado do Ceará impõe uma resposta coordenada e imediata de todas as organizações públicas e privadas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, no sentido de evitar a propagação da infecção e transmissão comunitária da doença;

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Estadual nº 33.510/2020 (Emergência) e as diretrizes do Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, integrado por 25 entidades, incluído o Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da CF), bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência – tendo a publicidade a característica de sobreprincípio ou princípio garantidor de todos os demais (artigo 37 da CF);

**CONSIDERANDO** a atribuição extrajudicial da Promotoria de Justiça de São Benedito na tutela coletiva do patrimônio público e da moralidade administrativa e da saúde pública;

**Considerando** que para a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública vige o princípio da obrigatoriedade do procedimento licitatório, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

**CONSIDERANDO** que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa licitatória do artigo 24 da Lei 8.666/93 são, por sua natureza, excepcionais e constam de rol taxativo – devendo haver interpretação sistêmica com as disposições temporárias e excepcionalíssimas da novel Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020;

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

**CONSIDERANDO** que, visando tão somente atender ao interesse público ameaçado ou violado por situação excepcional, o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93 permite que a licitação se torne dispensável nos casos de emergência ou de calamidade pública, que se restringem tão somente à situação de urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a saúde e a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

**CONSIDERANDO** que a verificação do que seja **emergência ou calamidade não é de livre e arbitrária interpretação do gestor**, mas sim deve se situar estritamente no mesmo campo semântico trazido pelo supracitado artigo 24, IV da Lei 8.666/93 ("**situação de urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**") - sendo dever do gestor fundamentar a adoção de tais decretos em fatos comprovados, não estando autorizado a implementar medidas emergenciais pela simples entrada em vigência da legislação federal especial, inclusive a Lei 13.979/2020 e a Medida Provisória 929/2020;

**CONSIDERANDO** que, em se tratando de desastres, a situação de **emergência e calamidade pública deve ser declarada mediante decreto do chefe do Executivo, não apenas arrimado na Lei 13.979/2020 (Lei de enfrentamento ao Coronavírus), mas também com a obediência aos critérios e parâmetros da Lei 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil)**, regulamentada pela Instrução Normativa nº 02/2016, do Ministério da Integração Nacional, dispondo esta:

*"Art. 2º. Quanto à intensidade os desastres são classificados em três níveis:*

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

- a) nível I: desastres de pequena intensidade**
- b) nível II: desastres de média intensidade**
- c) nível III: desastres de grande intensidade**

**§1º.** São desastres de nível I aqueles em que há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementado os com o aporte de recursos estaduais e federais.

**§2º.** São desastres de nível II aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados os com o aporte de recursos estaduais e federais

**§3º.** São desastres de nível III aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do sistema Nacional de proteção e defesa civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional.

**§4º.** Os desastres de I e II ensejam a decretação de situação de emergência, enquanto os desastres de nível III a de estado de calamidade pública.

**Art. 3º.** Os desastres de nível III são caracterizados pela ocorrência de ao menos 2 danos, sendo um deles obrigatoriamente danos humanos que importem no prejuízo econômico público ou no prejuízo econômico privado que afetem a capacidade do poder público local em responder



Promotoria de Justiça de São Benedito

*e gerenciar a crise instalada;*

*Art. 4º. Os desastres de nível III são caracterizados pela concomitância na existência de óbitos, isolamento da população, interrupção de serviços essenciais, interdição ou destruição de unidades habitacionais, danificação ou destruição de instalações públicas prestadoras de serviços essenciais e obras de infraestrutura pública.”*

**CONSIDERANDO** que, conforme as mencionadas normas, a diferença entre as **situações de emergência e a de calamidade pública é relativa ao grau de intensidade do desastre e do comprometimento da capacidade de resposta;**

**CONSIDERANDO** que a falta de enquadramento de uma situação fática nos conceitos de emergência ou calamidade pública trazidos pela Lei. 8.666/93 (artigo 24, IV) ou na Instrução Normativa e Decreto supra torna absolutamente nulos o Decreto Executivo, o Processo de Dispensa Licitatória e o Contrato Administrativo que em tal situação tenham se fundado, por manifesta falsidade do motivo, desvio da finalidade, ilegalidade do objeto e violação dos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência que permeiam o princípio da obrigatoriedade das licitações;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelece no art. 4º que é dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei;

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992





Promotoria de Justiça de São Benedito

**CONSIDERANDO** que referida lei estabelece no § 1º do art. 4º que a dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

**CONSIDERANDO** que excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido, conforme § 3º do art. 4º da referida Lei, disposição normativa incluída pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** que, mesmo causando estranheza ao Ministério Público, a contratação de fornecedor de bem ou serviço inidôneo, a situação emergencial por que passa o Brasil teoricamente pode justificar a contratação excepcional de fornecedor exclusivo inidôneo, tendo-se em vista que a vida e a saúde de milhões de pessoas são bens jurídicos que devem ser valorizados no contexto atual da Pandemia;

**CONSIDERANDO** que a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, incluiu na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, o art. 4º-B que estabelece que nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: *ocorrência de situação de emergência; da necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;*

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

**CONSIDERANDO** que aludida Medida Provisória incluiu o art. 4º- E na Lei Federal nº 13.979/2020, o qual admitiu a adoção de termo de referência simplificado ou de projeto simplificado, tendo, dentre outros, o seguinte requisito, estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: **a)** Portal de Compras do Governo Federal; **b)** pesquisa publicada em mídia especializada e; **c)** sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; **d)** contratações similares de outros entes públicos; ou **e)** pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; podendo excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, ser dispensada a estimativa de preços acima; exceção esta que representa um dos pontos mais delicados da medida provisória por possibilitar a contratação sem parâmetro de estimativa de preço, situação incompatível com a escassez de recursos públicos decorrentes dos efeitos da grave crise do novo Coronavírus, o qual exige maior assistencialismo do Estado e solidariedade à população, sob pena de relegar-se esta, no momento da crise sanitária, à própria sorte, sujeito à morte, ao desemprego e à fome;

**CONSIDERANDO** que a atuação do Ministério Público na fiscalização contemporânea de políticas públicas objetiva evitar a dilapidação do patrimônio público em momento tão grave vivenciado pela sociedade brasileira e pelo mundo, devendo o órgão do Ministério Público atuar de forma contemporânea e preventiva, buscando garantir a transparência e o acesso à informação em relação às políticas adotadas para combate ao Novo Coronavírus em cada município;

**CONSIDERANDO** que as presunções acima e a simplificação do procedimento de contratação representam uma tentativa extrema de dar uma resposta célere do Poder Público ao combate à pandemia do Novo Coronavírus,

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

visando-se buscar o salvamento do maior número de vidas humanas;

**CONSIDERANDO** que, segundo a unanimidade dos economistas, a Pandemia do Novo Coronavírus trará grave recessão econômica, desemprego - além de mortes em larga escala - exigindo assim atuação célere do Poder Público na aquisição de bens e de serviços necessários ao combate do referido vírus;

**CONSIDERANDO** que a situação de emergência pública não poderá ser utilizada como pretexto para facilitar a malversação dos recursos públicos - sendo mister fomentar a cidadania e o controle popular pela adequada informação, agindo o Poder Público com o máximo de transparência;

**CONSIDERANDO** que o período de diversos sacrifícios, especialmente da classe trabalhadora, mas também da empresarial (especialmente dos pequenos empresários e microempresários), assim exigindo que os recursos públicos sejam adequadamente destinados para o combate à Pandemia do Novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 dispõe que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição - *insumos básicos para que o Ministério Público acompanhe tais contratações, para localizar e coibir eventuais abusos, mas sem representar qualquer ingerência na discricionariedade do gestor, nos limites das normas*

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

excepcionais ora vigentes;

**CONSIDERANDO** a necessidade da padronização dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público, sendo o Procedimento Administrativo (PA) destinado ao acompanhamento e fiscalização, de cunho permanente ou não, de fatos posteriores à sua instauração, bem como de instituições e de políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil ou procedimento preparatório – nos casos em que não haja indícios prévios de ilicitudes (artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e artigos 8º e ss., da Resolução nº 174/2017 – CNMP);

**RESOLVE** instaurar o presente **Procedimento Administrativo**, com a finalidade de acompanhar os fatos e atos administrativos acima mencionados e suas repercussões jurídicas, em caráter preventivo e sem indicativo de irregularidade ou ilicitude atuais e sem representar ingerência nas atribuições do Poder Executivo Municipal – determinando, para tanto:

I – a autuação do procedimento administrativo, com registro no sistema automatizado próprio (SAJ), conforme a Resolução nº 36/2016 do OECPJ/MPCE, via SAJ (código 910031) com as comunicações obrigatórias;

II – O Encaminhamento desta Portaria à(ao) Presidente da Câmara Municipal, à(ao) Prefeita(o) do Município, à(ao) Secretária(o) Municipal de Saúde e à(o) Secretário Municipal de Finanças, respectivamente, de forma a que cada Gestor seja formalmente cientificado do que lhe couber e tenha também ciência das requisições eventualmente dirigidas aos demais – assim preconizando-se a sinergia interinstitucional e prestigiando-se os princípios democrático e da publicidade;

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

**III** – Idem, ao Juízo Diretor do Fórum e à(s) emissora(s) de rádio local(is), respectivamente requerendo a afixação no local de costume do átrio da repartição (apenas caso ainda funcione em regime presencial) e a divulgação na programação noticiosa;

**IV** – Requisite-se da(o) Prefeita(o) do Município, com prazo de quinze 10 dias úteis, que informe o Link do Portal onde devem constar todas as contratações ou aquisições realizadas conforme literalmente determinado no § 2º do art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, as quais devem ser disponibilizadas imediatamente em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), com identidade visual que torne as informações acessíveis à população e contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

**V** – Requisite-se ainda do Prefeito do Município, com prazo de 10 dias úteis, que seja encaminhado o Decreto de Emergência ou de Calamidade Pública que se fundamentou na Pandemia do Novo Coronavírus, informado ainda todos os contratos administrativos, nomes dos contratados, objeto contratual e valor global do contrato, referentes à dispensas de licitação celebradas no Município, com fundamento na Pandemia do Novo Coronavírus;

**VI** – Requisite-se ainda do Prefeito do Município, em idêntico prazo, os dados da dotação orçamentária do Município referentes a todas as despesas (saúde, educação, etc), informando-se o percentual de execução das despesas em relação às diversas rubricas orçamentárias; bem como para que informe o valor da dotação orçamentária e dos recursos financeiros dedicados à prevenção e ao combate do Novo Coronavírus, especificando os valores do

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

crédito especial, crédito suplementar e crédito extraordinário, especificando as ações adotadas com a referida previsão de recursos;

**VII** – Requisite-se, idem, que informe o montante dos recursos destinados pelo Governo Estadual e Federal para mencionadas ações; deve o Município esclarecer a dotação orçamentária para saúde prevista para 2020 anteriormente à Pandemia do Novo Coronavírus, informando se ocorreu alteração da dotação orçamentária em razão da Pandemia, seja por crédito suplementar ou por crédito extraordinário;

**VIII** – Requisite-se, idem, que informe sobre os montantes dos pagamentos dos restos a pagar pagos em 2019, bem como o montante de restos a pagar pagos até a data da requisição, de forma a acompanhar como ocorrerão os restos a pagar no decorrer do exercício de 2020;

**IX** – Pesquise-se no banco de dados do CAOCIDADANIA se já foi remetido o Plano Municipal de Contingência, conforme já fora o Município oficiado pela Procuradoria Geral de Justiça na data de 12.3.2020, juntando-se-o aos autos;

**IX.I** – Caso não haja o Município remetido seu Plano, requirite-se, idem, que seja encaminhada cópia do mesmo;

**X** – Consulte-se no Banco de Dados do SIMPCE os dados das empresas contratadas pelo Município, referenciadas no item V acima; inexistindo mencionadas informações, que sejam elas requisitadas à Junta Comercial do Estado da respectiva empresa – certifique-se nos autos;

**XI** – Consulte-se no Banco de Dados do Governo Federal sobre

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito

o Novo Coronavírus, informações sobre as contratações e aquisições para prevenção ao Surto do Novo Coronavírus, especialmente em relação às empresas contratadas pelo Município, atinentes aos bens ou serviços adquiridos para prevenção e combate à Pandemia do Novo Coronavírus;

**XII** – Consulte-se semanalmente o Portal ou Sítio oficial do Município na internet, certificando-se sobre a atualização constante das informações referidas no item IV supra – emitindo-se a correspondente certidão;

**XIII** – Repita os procedimentos dos itens “X”, “XI” e “XII” supra o Secretária(o) deste Procedimento, sempre que houver a informação de nova contratação especificamente motivada pelo enfrentamento à Pandemia – de forma a manter suficiente banco de dados no bojo deste PA;

**XIV** – A designação da Técnica do Ministério Público Daiane Beserra Cavalcante para secretariar este Procedimento.

**XV** – O encaminhamento da Portaria ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (art. 20, § 8º, da Resolução nº 36/2016 do OECPJ/MPCE), também via SAJ e a divulgação do extrato da Portaria no Diário Oficial do Ministério Público.

**XVI** – Após mencionadas informações, voltem os autos conclusos para eventual requisição, por amostragem, de contratos, termos de referência simplificados e processos de empenho, liquidação e pagamento, etc, podendo ser avaliado a instauração de procedimento administrativo específico, considerando-se a natureza das despesas efetivadas pelo Município;

**XVII** – Controlem-se os prazos. Certifique-se. Conclua-se.

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992



Promotoria de Justiça de São Benedito  
**REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.** Expedientes necessários.

São Benedito, 24 de abril de 2020.

Oigrésio Mores  
Promotor de Justiça

---

Promotoria de Justiça de São Benedito  
Rua Francisco Rubens Brandão, S/N, Monsenhor Otalício, São Benedito-CE - CEP  
62370-000 Telefone: (88) 3626-1992